



Diário **OFICIAL** Paraná

Comércio, Indústria e Serviços

Ano CXI

Edição Digital nº 11399 | 74 páginas
Curitiba, Sexta-feira, 28 de Abril de 2023

Sumário

Casa Militar	03
Procuradoria Geral do Estado	03
Secretarias de Estado	03
Receita Estadual do Paraná	15
Autarquias	15
Empresas Públicas.....	23
Serviço Social Autônomo	23
Sociedades de Economia Mista	24
Conselhos	26
Municipalidades	28
Entidades Municipais.....	41
Particulares.....	43

**UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UPA PORTE II
- SANTA PAULA (CNPJ 23.453.830/0027-09)****BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
EM REAIS (R\$)**

ATIVO	N.E.	2022
CIRCULANTE		2.558.666
Caixa e equiv. de caixa	3	617.364
Contas a receber	4	1.478.788
Estoques	5	399.653
Outros créditos		545
Despesas antecipadas		62.316
NÃO CIRCULANTE		124.910
Partes relacionadas	7	120.771
Imobilizado próprio	6	4.139
TOTAL ATIVO		2.683.576
PASSIVO	N.E.	2022
CIRCULANTE		1.894.808
Fornecedores	8	1.069.499
Obrigações trabalhistas	9	547.548
Obrigações sociais	10	129.712
Obrigações fiscais		24.774
Partes relacionadas	7	123.275
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		788.768
Patrimônio social	12	183.687
Superávit acumulado		605.081
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.683.576

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO PERÍODO DE
27 DE SET. A 31 DE DEZ. DE 2022 EM REAIS (R\$)**

	N.E.	De 27/09/2022 a 31/12/2022
RECEITAS OPERACIONAIS		5.212.604
Serviços prest. pacientes SUS		5.212.604
CUSTOS		(3.995.544)
Pessoal e encargos		(1.352.746)
Serviços de terceiros		(2.352.572)
Materiais e medicamentos		(290.226)
DESPESAS		(606.723)
Pessoal e encargos		(338.187)
Despesas gerais e admin.	14	(266.702)
Depreciação/amortização		(42)
Impostos, taxas e contribuições		(1.792)
FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(5.256)
Receitas financeiras		440
Despesas financeiras		(5.696)
SUPERÁVIT DO PERÍODO		605.081

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO
SOCIAL DO PERÍODO DE 27 DE SETEMBRO A 31
DE DEZEMBRO DE 2022 - EM REAIS (R\$)**

	Patrimônio Social	Superávit acumulado	Total
Início das atividades			
em 27/09/2022	-	-	-
Incorp. ao Patrim. Social	183.687	-	183.687
Superávit do período	-	605.081	605.081
Em 31 de dez. de 2022	183.687	605.081	788.768

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA -
MÉTODO INDIRETO DO PERÍODO DE 27 DE SETEM-
BRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - EM REAIS (R\$)**

	N.E.	2022
Fluxos de caixa das ativ. operac.		
Superávit do período		605.081
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação/amortizações		42
Superávit ajustado		605.123
Variações no circulante		
das contas de ativo e passivo		13.918
Redução / (Aum.) de outros créditos		(1.479.333)
(Aumento) de estoques		(399.653)
(Aumento) das despesas antecipadas		(62.316)
Aumento de fornecedores		1.069.499
Aumento de obrigações trabalhistas		547.548
Aumento de obrigações sociais		129.712
Aumento obrigações tributárias		24.772
Ajustes patrimoniais		183.687
Caixa líquido prov. das ativ. operac.		619.041
Atividades de investimentos		(4.181)
Aquisição de imobilizado		(4.181)
Atividades de financiamentos		2.504
Transações com partes relacionadas		2.504
Aumento no caixa e equiv. de caixa		617.364
Var. em caixa e equiv. de caixa (Nota 3)		
Saldo existente no início do período		-
Saldo existente no final do período		617.364
Aumento no caixa e equiv. de caixa		617.364

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERÍODO DE 27 DE SETEMBRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - EM REAIS (R\$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL a) **Objetivos Sociais** A Unidade de Pronto Atendimento Santa Paula, da Fundação Municipal de Saúde de Ponta Grossa (PR), funciona 24h por dia e são voltados para atendimentos de urgência e emergência, com pediatras, clínicos e enfermeiros para um atendimento de qualidade e eficácia aos usuários, com base no Protocolo de Manchester, que classifica o grau de problema. Na unidade também estão disponibilizados exames laboratoriais, raios-x, aplicação de medicamentos, inalações e eletrocardiograma. A UPA está situada a Rua Nicolau Kluppel Neto, 1645, Bairro Contorno, cidade de Ponta Grossa / PR. b) **Contrato de Gestão** A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) é administrada pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 29 de setembro de 2022, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 054/2022, vigente até 28/09/2025. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

Em 20 de outubro de 2022, a obteve renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, com validade pelo período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023, pela portaria nº 764 emitida pelo Ministério da Saúde. O Instituto encontra-se adimplente com as orientações e exigências da Lei Complementar Nº 187 /2021.

2. APRESENTAÇÕES DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 25 de abril de 2023. **2.2. Base de mensuração e apresentação** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** A Administração recebeu listagem

inicial de ativos oriundos da gestão anterior, porém não estavam valorizadas, portanto, não reconheceu os ativos do contrato Gestão nestas demonstrações contábeis. Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, quando aplicável, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada.

d) Ativo intangível: Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, reflete os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

f) Julgamentos e estimativas: A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão

pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2022 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022
Banco conta movimento	569.620
Aplic. financeiras de liquidez imediata	47.744
Total	617.364

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. A Administração entende que o montante de Caixa e equivalentes de Caixa é suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo.

4. CONTAS RECEBER Referem-se aos valores a receber conforme contrato número 054/2022 com o Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa referente serviço de gestão da Unidade de Pronto Atendimento - UPA Santa Paula, conforme apresentado:

	2022
Contrato número 054/2022	
- FMS Ponta Grossa	1.478.788
Total	1.478.788

5. ESTOQUES

	2022
Drogas e medicamentos	181.793
Materiais de uso do paciente	195.871
Gêneros alimentícios	3.364
Mat. Limpeza e Higiene	13.922
Material de expediente e impressos	4.703
Total	399.653

Não há itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade que justifique constituição de provisão para perdas.

6. IMOBILIZADO

Móveis e Utens.	Total
-----------------	-------

	10%
Em 27 de setembro de 2022	-
Aquisição	4.181
Depreciação	(42)
Total	4.139

Em 31 de dezembro de 2022

A Administração recebeu listagem inicial de ativos oriundos da gestão anterior, porém não estavam valorizados, portanto, não reconheceu os ativos do contrato Gestão nestas demonstrações contábeis. **7. PARTES RELACIONADAS** O saldo a receber no ativo circulante de R\$ 120.771 corresponde ao montante recebido diretamente pela Sede Administrativa do Instituto, em virtude dos saldos rescisórios referente a transferência de colaborador entre unidades de mesma gestão. O saldo a pagar

>>> continua >>>

>>> continuação >>>

no passivo circulante de R\$ 123.275, corresponde aos serviços da gestão da Sede Administrativa, previsto em contrato de gestão.

8. FORNECEDORES

	2022
Materiais e medicamentos	190.797
Serviços	116.771
Serviços médicos	557.336
Diversos	204.595
Total	1.069.499

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2022
Salários a pagar	343.287
Rescisões	32.273
Pensão alimentícia	430
Prov. Férias	158.851
Prov. FGTS Férias	12.707
Total	547.548

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS

	2022
INSS a recolher	37.693
FGTS a recolher	41.827
IRRF s/ folha a recolher	46.653
Contr. Sindical a pagar	3.539
Total	129.712

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS A Entidade não é parte em ações judiciais em 31 de dezembro de 2022. Neste período não havia processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração ou por seus assessores jurídicos.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit). O contrato de gestão teve seu início em 27 de setembro de 2022, sendo integrado ao patrimônio social o montante de R\$ 183.687 relativo aos estoques existentes naquela data. O Instituto incorpora os estoques iniciais ao Patrimônio inicial das unidades administradas, uma vez que, ao final do término do contrato de gestão, possui compromisso de devolução de volume de estoques compatíveis com a operação nesta data.

13. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis**

À Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH Unidade de Pronto Atendimento UPA Porte II – Santa Paula Ponta Grossa - PR **Opinião com Ressalva** Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – UPA Porte II – Santa Paula, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o período de 27 de setembro a 31 de dezembro de 2022, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos do assunto mencionado no tópico “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano – INDSH / Unidade de Pronto Atendimento – UPA Porte II – Santa Paula, em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva** O sistema de controle e gestão de estoques utilizado pela UPA é vinculado e gerido pela Fundo Municipal de Saúde do Município de Ponta Grossa - PR, consequentemente, não foi possível a realização de atividades de inventário físico dos estoques em bases independentes e controladas pelo Instituto, bem como, não pudemos realizar outros procedimentos de auditoria sobre os consumos e utilização de materiais e medicamentos no decorso das atividades da Unidade. Nestas circunstâncias, não foi possível realizar procedimentos alternativos que permitissem concluir sobre: a. a adequação dos custos de materiais e medicamentos consumidos no período e apresentados ao resultado do período no montante de R\$ 290.226, na rubrica de custos com materiais e medicamentos; e b. as quantidades e valorização dos estoques apresentados pelo montante de R\$ 399.653 em 31 de dezembro de 2022. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função do seguinte assunto (i) A Entidade mantém tran-

Serviços de Gestão	175.606
Água e esgoto	10.941
Viagens e Hospedagens	18.483
Frete e carretos	11.823
Lanches e refeições	15.064
Outros	34.785
Total	266.702

14. COBERTURA DE SEGUROS Em 2022, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos.

15. RENÚNCIA FISCAL A Entidade aplica integralmente no país os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional – CTN. Atendendo ao disposto no item 27 – (C) do ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados e contabilizados, como se devido fosse.

	2022
Cota patronal	221.279
Terceiros	64.171
RAT/SAT	22.128
Total INSS	307.578
COFINS	140.740
Total	448.318

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações

é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2022
Aplicações financeiras	47.744
Contas a receber	1.478.788
Total ativos financeiros	1.526.532
Fornecedores	1.069.499
Total passivos financeiros	1.069.499

17. GESTÃO DE RISCOS Risco de crédito Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis do contrato de gestão. A Administração entende que o risco de crédito é monitorado de maneira adequada e frequente, uma vez que ao que minimiza as possibilidades de ocorrências de descumprimento. **Risco de liquidez.** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade.

Ponta Grossa/PR, 25 de abril de 2023.

Francisco José Mingrone Diretor Executivo - CPF: 055.978.298-58 // **Bruno Ricardo Barbosa Martins** - Contador - CRC 1SP271145/O-7

sações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas com outras partes. (ii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c) e 6, chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, recebido do Ente Público, não foi reconhecido contabilmente, em virtude de não ter sido valorizado pelo poder concedente. A Administração considera que estes imobilizados serão integralmente revertidos ao poder concedente (Fundo Municipal de Saúde de Ponta Grossa - PR), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade está em processo de avaliação de valorização dos itens recebidos e optou por não adotar as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que

>>> continua >>>

>>> continuação >>>

foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 25 de abril de 2023.

PLANNERS AUDITORES INDEPENDENTES
CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2
Heitor Piovam - Contador CRC 1SP 331.721/O-6

42876/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

WALTER CAPEITI CNPJ Nº 07.867.791/0001-09 torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de PINHAIS/PR, a Licença Simplificada para 45.20-0-01 SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO MECÂNICA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES a ser implantada RUA RIO SÃO FRANCISCO, Nº 1139, BAIRRO WEISSOPOLIS, PINHAIS/PR.

41747/2023

SÚMULA DE CONCESSÃO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

A empresa Alcides Fiorenzano e CIA LTDA, inscrita no CNPJ nº 18.852.377/0001-34 torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Renovação da Licença de Operação - RLO, com validade de 6 anos, para piscicultura em tanques-rede nº 294203-R1 com validade até 24/04/2029, implantada no Reservatório da U.H.E. de Chavantes, no município de Carlópolis, Estado do Paraná.

41831/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

MUNICÍPIO DE RESERVA torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Ambiental Simplificada para extração de cascalho a ser implantada na localidade Paineiras, no município de Reserva, PR.

42854/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

JOSÉ LUIZ DE ABREU torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS para AVICULTURA DE CORTE instalada no LR 139-C E 140, GL. ARNHOLD, 2 PARTE, JOTAESSE, MUNICÍPIO DE TUPÁSSI, ESTADO DO PARANÁ.

42449/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

Sra. Josepha Munhoz da Silva torna público que irá requerer ao IAT, a Licença de Operação para suinocultura sistema terminação instalada Lote Rural Nº31-B, Francisco Alves/PR.

42006/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

ADEMIR ALVES torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Ambiental Simplificada para a atividade de Aquicultura (Cultivo de peixes em viveiros escavados) a ser implantada Nº 209-SB-2 FAZ FLAMAPEC, na Linha Fazenda Flamapec, localizado no município de Cascavel (PR).

42736/2023

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALTER DIEMER torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença de Operação - LO, com validade de 10/05/2023, para SUINOCULTURA TERMINAÇÃO LOTE Nº84, do 45º Perímetro, Linha Divisa, Entre Rios do Oeste, Paraná.

42643/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALTER DIEMER torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Renovação da Licença de Operação - RLO para SUINOCULTURA TERMINAÇÃO a ser implantada LOTE Nº84, do 45º Perímetro, Linha Divisa, Entre Rios do Oeste, Paraná.

42630/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Haroldo Luiz Rodrigues Filho torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS para Bovinocultura Leiteira instalada no município de Pirai - Pr.

42762/2023

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÉVIA DE AMPLIAÇÃO
MARIO DYKSTRA torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença Prévia de Ampliação - LP-A, com validade de 17/04/2025, para A ATIVIDADE DE BOVINOCULTURA DE LEITE CONFINADO IMPLANTADA NA CHACARA DIRK EM CARAMBEI PR.

41862/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO DE AMPLIAÇÃO

MARIO DYKSTRA torna público que irá solicitar ao Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação de Ampliação - LI-A, para A ATIVIDADE DE BOVINOCULTURA DE LEITE CONFIADA a ser implantada na CHACARA DIRK no município de CARAMBEI /PR.

41865/2023

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE GUARAPUAVA**EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**

O presidente do Sindicato supra, no uso de suas atribuições, convoca as empresas associadas ao Sindicato do Comércio Varejista de Guarapuava, com sede na sua base territorial, nos Municípios de Guarapuava, Pitanga, Turvo, Pinhão, Laranjeiras do Sul, Palmital, Santa Maria do Oeste, Laranjal, Cantagalo, Virmond, Cândói, Altamira do Paraná e Nova Laranjeiras para a Assembleia Geral Extraordinária que se fará realizar no dia 16 de maio de 2023, às 15:00 horas, em primeira convocação, na R. Padre Chagas, 3899, Centro, em Guarapuava, Paraná, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do dia:

- Discutir e apreciar o rol de reivindicações apresentado pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Guarapuava, visando Celebração da Convenção Coletiva de Trabalho.
- Autorizar a Diretoria do Sindicato:
 - Negociar toda e qualquer proposta que venham a ser apresentadas pelos demais sindicatos dos empregados no decorrer do ano de 2023;
 - Negociar a abertura do Comércio ao Domingos e Feriados;
 - Assinar Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho, bem como constituir advogado em caso de insucesso nas negociações e instauração de dissídio coletivo pelo sindicato profissional;
- Fixação de valores e datas de vencimento das contribuições Confederativa, Assistencial e Associativa.

Não havendo número legal de presenças na hora indicada a Assembleia será realizada, em segunda convocação, no mesmo local e data, às 16:00 horas, com qualquer número de presentes.

Guarapuava, 27 de abril de 2023.

Abrão José Melhem
Presidente

43357/2023

Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF N.º 07.483.401.0001-99
Aviso aos Debenturistas.

A Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. ("Companhia") informa aos titulares das debêntures emitidas pela Companhia nos termos do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográria, com garantia adicional fidejussória, a ser convalidada em com garantia real, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição e do instrumento particular de escritura da 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, que, a partir do ano de 2023, as publicações das suas demonstrações financeiras, exigidas pela Lei 6.404/76, serão veiculadas exclusivamente pelos Jornais Tribuna do Paraná e Diário Oficial Paraná, conforme previsão das referidas escrituras.

43435/2023

SÚMULA DE CONCESSÃO DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO

LUIZ VANDERLEI BARBOSA, CPF 798.303.239-00 torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença de Instalação - LI, com validade de 14/04/2025, para EXTRAÇÃO DE CASCALHO ESTÂNCIA BARBOSA, SN, BAIRRO BENGALINHA, 84980-000, São José da Boa Vista-PR..

42522/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

LUIZ VANDERLEI BARBOSA, CPF 798.303.239-00 torna público que irá requerer ao IAT, a Licença de Operação para EXTRAÇÃO DE CASCALHO instalada ESTÂNCIA BARBOSA, SN, BAIRRO BENGALINHA, 84980-000, São José da Boa Vista-PR..

42524/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

NEREI PORTERO MAGALHÃES torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Ambiental Simplificada para Fornos Para Produção de Carvão a ser implantada Lote de terra 189 D, Gleba 05, Colônia São Sebastião do Guaraci - 86680-000 - Nossa Senhora das Graças/PR.

42095/2023

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Caio Benício de Oliveira Silva torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Licença Ambiental Simplificada para Mantenedor de Fauna Silvestre a ser implantada na Gleba Ribeirão Sarandi, lote 297, Sarandi, Paraná.

42210/2023